

**AGRICULTURA, PAISAGEM E IDENTIDADE LOCAL.
ABORDAGEM ETNOGRÁFICA DA MULTIFUNCIONALIDADE.**

Júlia Carolino*

*Grupo Paisagens e Ecossistemas Mediterrânicos/ICAM
Universidade de Évora
Herdade da Mitra, Valverde 7000 Évora
e-mail: jcarolino@uevora.pt

Palavras-chave: Identidade, Paisagem, Valor, Capacidade, Castelo de Vide, Mértola

Resumo. *A comunicação aborda a relação entre paisagem e valor social, incidindo sobre metodologia e resultados de dois estudos de caso levados a cabo respectivamente nos concelhos de Castelo de Vide e de Mértola. Propõe-se discutir de que modo pode a antropologia, familiarizada com as questões da produção de identidade, contribuir para a compreensão do lugar da agricultura nas sociedades contemporâneas. Para tal tratam-se processos de constituição de valor fora do modelo conceptual do mercado (formação de preços). Ambos os estudos apresentados são informados por uma definição da paisagem como forma de relação entre realidade material e imaginário social. São, por outro lado, caracterizados pelo recurso a metodologias qualitativas, atentas ao modo como o mundo social é definido pelos próprios actores.*

INTRODUÇÃO

Na presente época de questionamento do modelo produtivista de desenvolvimento da agricultura europeia, a questão da identidade está cada vez mais no cerne das preocupações de governação também no que se refere ao ordenamento e gestão dos territórios. A paisagem está estreitamente associada a este fenómeno, na medida em que expressa concretamente formas únicas de relação com o território. Enquanto expressão tangível de um modo de vida, a paisagem dá corpo à ideia de diversidade que está no cerne da identidade Europeia. A noção de um *modelo europeu de ruralidade*, caracterizado por ‘uma agricultura diversificada, rica em tradições, cuja finalidade seja não só produzir mas manter a diversidade de paisagens e um mundo rural vivo e activo’ (CCE DG VI, s.d.: 5) remete directamente para a multifuncionalidade das paisagens agrárias.

Reconhece-se hoje que o papel da agricultura não se resume estritamente à produção de alimentos e de matérias primas, sendo as paisagens agrárias fundamentais para a constituição do mundo rural em sentido mais lato, nomeadamente no que se refere a valores ambientais e patrimoniais. Como conhecer, no entanto, o valor de tais prestações?

A PRODUÇÃO DE VALOR SOCIAL

Considerar a multifuncionalidade das paisagens agrárias coloca a questão de como valorar prestações que, estando intrinsecamente associadas à actividade agrícola (*joint productions*), não dão lugar à produção de bens e serviços transaccionados no mercado. Face ao problema da valoração e remuneração de tais externalidades (*non-commodity outputs*) a OCDE define como prioritário fomentar a sua transacção mercantil, como forma de assegurar uma convergência entre uma nova procura em meio rural e a oferta originada na actividade agrícola (OCDE, 2001: 9). Como argumentam diferentes autores, no entanto, é necessário encontrar novos conceitos que permitam avaliar a prestação dos sistemas (e paisagens) agrícolas de forma mais ajustada. Se considerados apenas do ponto de vista da sua remuneração pelo mercado, vários sistemas e paisagens agrárias que estão na base de externalidades diversas, designadamente aquelas de carácter ambiental e cultural, serão inevitavelmente classificados como não competitivos e, como tal, insustentáveis (Durand e Van Huylenbroeck; 2003). A análise económica mais convencional, baseada no funcionamento do mercado, não permite expressar apropriadamente a importância de tipos particulares de ‘externalidades’ produzidas pela paisagem agrícola (de Groot, 2006), como é o caso da relação entre paisagem e identidade sócio-cultural.

No que se refere ao entendimento da relação cultural que pessoas e grupos estabelecem com as paisagens agrárias, o facto de se recorrer ao modelo da formação dos preços (convergência entre oferta e procura) como modelo conceptual que preside ao regime de fixação de valor, levanta problemas importantes na medida em que a noção de paisagem excede a sua representação como objecto puramente mercantil.

Nesta comunicação defende-se que a compreensão e avaliação da relação entre paisagem e identidade sócio-cultural necessita de atender a formas de constituição de valor não associadas ao mercado. Designadamente, à produção de valor como expressão de agência e de capacidade social, expressa em formas espaciais precipitadas pela

conduta humana (Corsín-Jiménez, 2003). Tal envolve simultaneamente uma discussão conceptual e o recurso a metodologias qualitativas de investigação que possam fomentar uma compreensão da paisagem como processo; por contraposição à sua assimilação a um território previamente constituído, *sobre* o qual se desenrola a vida social. Para o fazer, introduz-se seguidamente um património teórico com origem na antropologia social.

No contexto de uma divisão do trabalho entre as ciências sociais, a antropologia especializou-se no estudo do 'outro', com destaque para contextos sociais e culturais 'não ocidentais'. Na Europa, os seus primeiros terrenos empíricos - incluindo os portugueses - foram em meio rural, associados ao estudo da tradição e diferença nas áreas mais periféricas das sociedades modernas urbano-industriais. Não é este, no entanto, o tipo de contribuição que se pretende aqui dar. O objectivo é, antes, o de mobilizar conceitos que, tendo sido desenvolvidos com referência a contextos sócio-culturais diferentes do dominante, podem lançar perspectivas inovadoras sobre os instrumentos conceptuais que informam o debate sobre a multifuncionalidade. Em particular, considerar-se-á a noção de valor no âmbito de uma teoria da troca não mercantilizada (*non-commodity exchange/gift exchange*) e as implicações que a mesma pode ter para o estudo da paisagem enquanto expressão espacializada de identidade social.

Na tradição da economia política, Gregory (1982) sublinha a necessidade de atender à contextualização histórica e sócio-cultural da actividade económica. A noção moderna de mercadoria (*commodity*) surge num momento histórico em que se afirma uma forma particular de compreensão do mundo, que envolve uma distinção clara entre coisa e pessoa. Torna-se então dominante um regime de constituição de valor (um modo particular de *objectivação*) que reifica coisas e pessoas como unidades discretas, independentes entre si. Esta concepção está na base da propriedade privada e alienável (Gregory, 1982: 18) e é bem expressa na definição de troca mercantil (*commodity exchange*), como uma transacção de coisas alienáveis entre sujeitos que estão numa situação de independência recíproca (Gregory, 1982: 12). Esta independência recíproca é o corolário do estabelecimento de uma relação de equivalência entre os itens transaccionados, levando ao obscurecimento das relações sociais que constituem pessoas e coisas (Strathern, 1988: 177).

A noção de economia mercantil é contrastada na antropologia económica com o conceito simétrico de 'economia da dádiva' (*gift*), caracterizada pela transacção de objectos não alienáveis entre sujeitos em estado de dependência recíproca (Mauss, 1950). Na economia da dádiva, a tónica recai sobre as pessoas que trocam e não, como no caso da economia mercantil, sobre as coisas transaccionadas. Neste contexto, os objectos transaccionados nunca se separam completamente do seu possuidor original, não havendo uma distinção clara entre pessoas e coisas. Pelo contrário, é predominante a antropomorfização do objecto transaccionado; que assume características do dador. Diferentemente do que se passa com as trocas mercantis, em que se perde de vista a relação entre os objectos e as relações sociais que os constituem, a economia da dádiva dá lugar a um processo de *personificação*, sendo obscurecida a autonomia do objecto (Gregory, 1982; Strathern, 1988). No que se refere ao regime de constituição de valor, a dádiva revela escalas de prestígio pessoal e social, já que estabelece sempre uma dívida (a obrigação de reciprocidade) e, com ela, a superioridade do dador (até ao momento do retorno). Por outro lado, enquanto a transacção de mercadorias dá lugar a uma avaliação

quantitativa (abstracta) dos itens trocados, pondo a tónica na mútua equivalência de objectos transaccionados, a troca não mercantil enfatiza a qualidade da relação social que assim se torna visível.

Embora este debate possa parecer longínquo à problemática da multifuncionalidade, tal não é o caso. Senão vejamos. Um dos modos possíveis de valorização de produtos agrícolas é a comercialização em nichos de mercado, como é o caso dos ‘produtos típicos’ associados a tradições locais. Resultando de uma reinterpretação de sistemas de cultivo tradicionais, os ‘produtos típicos’ beneficiam de um factor de raridade, que se traduz em valor acrescentado adicional (Belletti et al, 2003: 71). Warnier (1994) aponta a condição aparentemente paradoxal de tais produtos. Sendo transaccionados como mercadorias *autênticas*, eles aludem simultaneamente às duas formas de objectivação referidas acima. Na medida em que são transaccionados no mercado, afirma-se a sua condição universal, de objectos alienáveis (*commodities*) trocados entre sujeitos mutuamente independentes. Tal condição é, no entanto, relativizada pela sua associação a uma tradição e às características únicas de um território; associação essa que aponta para uma ideia de incomensurabilidade na medida em que tais produtos não são completamente separáveis do contexto original – e único – da sua produção (Warnier, 1994). De facto, ao optar por este tipo de produtos, o consumidor vê nos seus atributos a manifestação de um modo de vida particular e, como tal, uma manifestação de socialidade. Este poder do objecto para evocar relações sociais, pessoas e culturas é uma característica distintiva da economia da dádiva.

Tal como os produtos referidos, também as paisagens, em si mesmas, são passíveis de dar corpo a identidades sociais de base territorial. A ideia de ‘dar corpo’ remete para a dualidade característica da paisagem¹, contrapondo-se aqui à noção mais comum da paisagem como uma realidade material sobre a qual se inscrevem significados culturais. Numa perspectiva fenomenológica e processual, Ingold define a paisagem como a corporização (*embodiment*) de um campo relacional em que um sujeito e o seu ambiente se constituem concomitantemente (2000: 193); sendo que este sujeito não é forçosamente individual. Nesta linha, formas espaciais como a paisagem explicitam formas e situações de valor social (Corsín-Jiménez, 2003), entendendo-se por valor a manifestação do poder de um agente social, no sentido da expressão de uma *capacidade*². É a partir desta perspectiva que se descreve, na próxima secção deste texto, a articulação discursiva de identidades locais em torno da constituição mútua entre comunidade local e paisagem.

Serão seguidamente apresentados dois estudos de caso onde se considera a mobilização da paisagem para a constituição de identidades locais, descrevendo-se aspectos metodológicos e apresentando-se alguns dos resultados obtidos.

PAISAGEM E IDENTIDADE LOCAL: ASPECTOS METODOLÓGICOS DE DOIS ESTUDOS DE CASO

Apresentam-se agora sumariamente dois estudos que, pelas suas características, remetem para a dualidade da paisagem simultaneamente enquanto realidade material e simbólica. Ambos os estudos lidam com a relação entre identidade local e paisagem, interrogando-se sobre o impacto que têm nessa relação as dinâmicas territoriais em curso, ao nível nomeadamente das alterações nos usos do solo, da extensificação da produção agrícola e da emergência de novas actividades, em articulação ou em

concorrência com a actividade agrícola. O primeiro estudo realizado incide sobre uma aldeia do concelho de Mértola, aqui designada por Aldeia de Cima, onde a autora levou a cabo investigação mais circunscrita e aprofundada. O segundo desenvolveu-se no concelho de Castelo de Vide, sendo de mais curta duração e parte de pesquisa multidisciplinar sobre preferências de paisagem num contexto de multifuncionalidade.³

No primeiro caso tomou-se como ponto de partida a paisagem simbólica, expressa em narrativas sobre a transformação social na aldeia. A definição de uma ‘paisagem empírica’ foi, neste caso, um dos pontos de chegada da pesquisa. O estudo efectuado em Castelo de Vide, por sua vez, tomou em consideração unidades de pesquisa definidas previamente, a partir das características biofísicas e da ocupação do solo à escala do concelho, procurando-se a partir delas averiguar qual o papel da paisagem agrícola na percepção de Castelo de Vide como ‘um lugar’. Em ambos os casos, o objectivo não foi o da representatividade quantitativa dos resultados, mas antes a identificação dos idiomas a partir dos quais os habitantes locais articulam uma relação entre paisagem e socialidade.

No primeiro estudo, realizado no concelho de Mértola (Aldeia de Cima) em 2003-2004 levou-se a cabo trabalho de campo de tipo etnográfico, envolvendo a permanência da investigadora na aldeia estudada pelo período total de 12 meses. Embora complementada pelo recurso a entrevistas, alguns recenseamentos e pesquisa documental, a principal modalidade de pesquisa levada a cabo foi a observação participante, procurando a investigadora integrar-se tanto quanto possível nas actividades quotidianas que estruturam a vida aldeã e acompanhar os seus informantes nos seus quadros multifacetados de vida. Como questão de partida, procurou-se averiguar de que modo os habitantes da aldeia estudada entendiam as drásticas transformações em curso ao nível da ocupação do solo, com destaque para o surgimento de quatro grandes áreas votadas à caça turística (três delas com mais de 1000 hectares). O aparecimento destas áreas foi acompanhado pela florestação (principalmente com pinheiro) de terra anteriormente votada à agricultura. A questão de pesquisa não se traduziu, no entanto, na indagação directa dos habitantes locais sobre o assunto. Pelo contrário, optou-se por ir registando o modo como a ocupação do solo e a sua transformação foi surgindo nos discursos e práticas daqueles com quem a investigadora foi tecendo relações ao longo do período de trabalho de campo. Neste processo, a identificação e descrição das percepções da paisagem em termos locais implicou uma perspectiva holística sobre a vida social, atenta ao modo as mesmas se iam expressando em idiomas mobilizados nos diversos domínios da interacção quotidiana.

No caso de Castelo de Vide, por sua vez, onde está ainda a decorrer o segundo estudo, tomou-se por ponto de partida uma caracterização sistemática do concelho em termos de quatro unidades de paisagem distintas: a serra, o mosaico envolvente da vila, a paisagem agro-silvo-pastoril e a paisagem de xistos. A observação participante foi substituída por um contacto mais episódico, tendo-se recorrido sobretudo à técnica de entrevista. Numa primeira fase, foram realizadas entrevistas não estruturadas a líderes de organizações locais (Câmara Municipal e associações) e a outros ‘notáveis locais’, a quem é localmente reconhecida autoridade discursiva. Com base em tipologias de unidades de paisagem e grupos sociais locais foram então realizadas entrevistas semi-estruturadas, incluindo por um lado um conjunto flexível de questões abertas destinadas a recolher narrativas do *self* (identidade pessoal) e do lugar (Castelo de Vide) e, por

outro, questões sobre o concelho com base nas fotografias ilustrativas das quatro unidades de paisagem previamente definidas⁴.

Começar-se-á por apresentar os resultados relativos a Castelo de Vide, onde se introduzem questões que serão depois mais aprofundadas com os dados de Mértola (Aldeia de Cima).

RESULTADOS

Castelo de Vide: a vila e o campo. Formas espaciais e modos de vida

Uma análise preliminar de resultados obtidos em Castelo de Vide aponta para a grande centralidade da vila, sede de concelho, na forma como os habitantes locais pensam o território concelhio. De facto, sendo confrontados com um conjunto de fotografias que facilmente identificaram como remetendo para áreas distintas (as quatro unidades de paisagem), os respondentes (com destaque para os nascidos e socializados no concelho) mostraram predilecção pelas fotografias que relacionam abertamente o concelho com a vila, privilegiando imagens que projectam o olhar sobre o aglomerado ou o perfil urbano. Verifica-se ainda a adesão dos respondentes à ideia de Castelo de Vide como ‘Sintra do Alentejo’, transmitida convencionalmente na literatura local sobre o concelho, para quem a associação da presença de água com a serra e o carácter luxuriante dos jardins urbanos testemunha a singularidade de Castelo de Vide, que contrasta com a secura e amplitude que caracterizam a região alentejana.

Esta grande centralidade da vila no modo como o território local é pensado articula-se, no entanto, com a percepção de Castelo de Vide como uma realidade compósita, tanto em termos sociais como em termos territoriais. Existe a percepção e valorização da diversidade paisagística, a que se alia a percepção da diversidade e complementaridade mútua das gentes locais.

À escala do concelho, a *serra* é referida pelas suas qualidades cénicas, enquadrando a vila e convocando a ideia de permanência. Esta sensibilidade estende-se ocasionalmente também aos afloramentos rochosos característicos no concelho da paisagem *agro-silvo-pastoril*. Por sua vez, a presença do verde e da água que, em associação ao relevo, remetem para a já referida imagem de ‘Sintra do Alentejo’ abarcam na visão local não apenas a *serra*, mas igualmente o *mosaico* próximo da vila, onde predominam os olivais e hortas e onde, mais recentemente, proliferam as novas habitações. Neste contexto, e sobretudo entre a população de origem local, os comentários tecidos às fotografias enfatizam a agência humana, construtora, designadamente, de hortas, muros de pedra, caminhos, casas. Este aspecto, e as suas conotações morais, estão patentes na seguinte nota de aprovação, feita por uma habitante da vila:

‘Esta (fotografia) é de um sítio onde vive pessoal, está tudo arranjadinho, limpinho, se bem calha até além atrás têm uma vinha, está tudo ajeitadinho’

Entrevista, Agosto de 2007

Tais observações remetem para a mútua implicação entre a materialidade da vida local, designadamente ao nível da paisagem, e as concepções morais a partir das quais as percepções da mesma ganham maior significado. Um dos temas que emerge de forma geral nas entrevistas, é o da integridade da natureza. Entre os respondentes de origem local, esta noção aparece associada à intervenção humana e ao valor moral do esforço.

Nalguns casos, tal envolve explicitamente um comentário à especificidade de Castelo de Vide como um lugar onde, não obstante os limites impostos pelas condições naturais (a predominância de solos pedregosos), o empreendimento humano tornou a terra produtiva e aprazível. Estas conotações estão presentes na associação de Sintra do Alentejo não apenas à zona da Serra e à sua vegetação, mas também à zona de minifúndio situada junto da vila. Ela remete, por outro lado, para a ideia de autonomia e empreendimento como algo de distintivo das gentes locais, num contexto de escassez de recursos e de valorização da autonomia. Por exemplo C., outro habitante local, explica assim a diversidade característica da paisagem de *mosaico*:

‘As pessoas tinham o seu bocadinho de terra e queriam ter um bocadinho de cada coisa e então plantavam não sei quantas espécies. Vemos o castanheiro a conviver com o sobreiro, com a azinheira, com outras árvores, num espaço às vezes de meio hectare’

Entrevista, Abril de 2007

Esta perspectiva contrasta com a que é característica dos habitantes de origem urbana. Para estes, a ideia de integridade da natureza é também fundamental, mas expressa-se num apreço pela ausência de indicadores da presença ou intervenção humana.

A percepção de Castelo de Vide como uma realidade compósita, de acordo com os elementos acima apresentados, contraria a hipótese de que a centralidade da vila no modo como se pensa o concelho signifique a irrelevância da área rural, convocando antes a ideia de uma complementaridade activa entre ambas as realidades. É em parte por oposição ao ‘campo’ que a vila se define como urbana. Ser ‘da vila’ diz respeito a um modo de vida particular, que se liga em Castelo de Vide à forte presença (hoje em declínio acentuado) de artesãos. Nas narrativas recolhidas, um traço distintivo dos artesãos é o facto de não se ocuparem de tarefas agrícolas, sendo dependentes dos alimentos trazidos à vila pelos que faziam ‘a vida do campo’. Esta visão é bem expressa na recorrência de referências feitas ao mercado de Castelo de Vide, realizado todas as sextas-feiras (vide citação acima). Embora o contacto directo com o mercado facilmente revele a forte presença de vendedores ambulantes, ao falar-se do mercado é dominante a nota de que a ele afluem os agricultores de Castelo de Vide (concelho), para vender as suas coisas e se inteirar das últimas novidades. Sobre os agricultores, por sua vez, refere-se amiúde a tradição de os mesmos manterem uma segunda casa na vila, reservada para as vindas ao mercado, as ocasiões festivas e a velhice. ‘Campo’ e ‘vila’ são realidades espaciais e modos de vida mutuamente implicados e, cada um a seu modo, expressões materiais de agência humana. Tal é bem patente na ênfase posta na actividade agrícola como uma forma de preservação da integridade da natureza. Extensão espacial e agência humana são justapostas também quando se equaciona negativamente a transformação, comentando-se o abandono dos campos. Na opinião de P., pedreiro reformado, residente na vila:

‘A parte rural hoje não existe, praticamente. Meia dúzia de indivíduos que têm o campo, têm umas vacas e uns borregos, umas coisas, praticamente está tudo morto.’

Entrevista, Agosto de 2007.

Há aqui um uso polissémico da palavra *campo*, entendida simultaneamente como realidade territorial e social (um modo de vida). Tal polissemia remete para a ideia de espaço como uma ‘capacidade’, reveladora de agência humana (Corsín-Jiménez, 2003). Ela convida a considerar o papel da actividade agrícola na constituição de valores que se

expressam sob a forma de relações sociais. Mesmo quando se assinala e lamenta, como neste caso, o que é visto como declínio da actividade agrícola, é também da concomitante implicação entre práticas sociais e entidades espaciais (a parte rural) que se fala. Teremos ocasião de aprofundar este aspecto a propósito do estudo realizado no concelho de Mértola (Aldeia de Cima).

Aldeia de Cima (Mértola): paisagem e reputação social

Como já foi referido, o estudo levado a cabo no Concelho de Mértola, numa localidade aqui designada por Aldeia de Cima, teve a sua génese na constatação do grande impacto causado por transformações na paisagem local, procurando-se compreender de que forma a população local encarava esse processo. Verificou-se que tais alterações interpelam fortemente os habitantes, que vêem nelas um indicador do declínio não só da actividade agrícola e pecuária, mas também da vida social local. Tal deve-se ao facto de os mesmos conceberem a actividade agrícola como uma fonte não só de bem-estar económico mas também de produtividade social e como tal, criadora de valor. É esta a ideia que desenvolverei na breve apresentação de resultados que se segue.

Com o aparecimento concomitante, nos anos noventa, de nova legislação reguladora da actividade cinegética e incentivos à florestação de terras agrícolas, uma parte muito significativa da área próxima de Aldeia de Cima sofreu uma alteração importante no que concerne o uso do solo e aparência dos campos. Estas transformações deram origem a duas formas concorrentes de uso do solo. Por um lado, a gestão muito extensiva tendo em mente exclusivamente a actividade cinegética, característica das maiores propriedades (chamadas localmente ‘as reservas de caça’) na posse de pessoas sem grandes ligações à comunidade local. Nestas áreas cessou por completo a actividade agrícola e pecuária, tendo surgido significativas manchas de florestação. Por outro, nas restantes propriedades (‘os montes agrícolas’), que estão na posse de agricultores locais, tem lugar predominante a manutenção de pastagens com vista à criação de gado (ovelhas e vacas). Um aspecto importante das transformações operadas foi a circunstância de elas terem levado a que os grandes proprietários reivindicassem para si a gestão directa de parcelas de terra anteriormente arrendadas a agricultores locais.

Os habitantes de Aldeia de Cima não são de modo algum indiferentes às transformações descritas, entendendo-as como um processo de exclusão face ao território envolvente. A sensibilidade a esta dinâmica está bem expressa no seu desacordo, por exemplo, face ao fechamento de caminhos de acesso ao maior curso de água da região, o Rio Guadiana; caminhos esses que atravessam as grandes propriedades. Na óptica local (e não obstante as mesmas serem alvo de uma cuidada gestão por parte dos seus proprietários) as ‘reservas de caça’ (áreas de caça turística) estão votadas ao abandono, na medida em que deixaram de ser cultivadas e, também, frequentadas por pessoas. Sobretudo para os mais velhos, estas transformações são evidência inequívoca de declínio, não só da agricultura mas também da vida social local. Ao afirmá-lo explicitamente, os mesmos contrastam o presente com uma época em particular, a da Campanha do Trigo, que é recordada com especial apreço e contada aos mais novos como uma espécie de idade de ouro (não obstante as referências também às dificuldades passadas, devido à pobreza). Muito frequentemente tais ideias expressam-se através de referências concretas à aparência dos campos, sendo a ideia de abandono atestada pelo crescimento de mato dentro das áreas de caça e também pelo crescimento

da área florestada. A ela se contrapõem, por outro lado, memórias das searas e dos trabalhos desenvolvidos nos campos. Não obstante o tom nostálgico, este posicionamento perante a transformação da paisagem é na verdade um comentário ao presente que revela particulares ideias sobre produtividade social e produção de valor.

O desagrado face ao crescimento de zonas dedicadas exclusivamente à actividade cinegética articula-se sobretudo em termos morais. Não raramente, durante o trabalho de campo, os informantes referiam-se às transformações em curso como sendo expressão de ‘egoísmo’. A ideia de egoísmo opõe-se à de ‘querer saber’ (querer saber dos outros; querer saber das coisas) e indica uma conduta que privilegia a acumulação de riqueza, em detrimento do investimento nas relações sociais através de um envolvimento activo com o mundo próximo. Nesta óptica, alguém que privilegie demasiado a acumulação material pode tornar-se ‘grande’ (designação dada aos ricos) mas vê limitada a sua capacidade de crescer em termos morais, através da conquista de uma boa reputação e da expansão da sua rede de relações. De um modo geral, as alusões feitas aos grande proprietários referem-nos de forma isolada, em contraponto com a tendência para identificar as pessoas da aldeia através das suas relações com os outros, com destaque para as relações de parentesco.

O imperativo moral de ‘querer saber’ (que se opõe à noção de egoísmo) aplica-se simultaneamente às relações interpessoais e ao mundo material a que o sujeito se encontra ligado, havendo aqui uma interessante continuidade entre pessoas e coisas. Tal remete para o que atrás designamos por processos de *personificação*: o facto de nas suas trocas os agentes se centrarem nas capacidade dos objectos para revelar pessoas e relações sociais. Assim, na acepção local, podemos encontrar por exemplo uma analogia entre o comportamento recatado de uma mulher e um campo bem lavrado e cultivado (‘limpo’) na medida em que ambos constituem uma instância de revelação de *brio* (sentimento de dignidade), fonte de reputação social.

A transformação de herdades agrícolas em herdades de caça interpela fortemente a oposição moral entre condutas socialmente produtivas (‘querer saber’) e condutas socialmente improdutivas (egoísmo). Como já foi referido acima, tal transformação passou por que os proprietários cessassem os contratos de arrendamento com agricultores locais; contratos esses que constituíam uma modalidade, por assim dizer, de circulação local da terra. Circulação da terra deve entender-se aqui não apenas no sentido mais imediato, de acesso à terra como meio de produção, mas também na acepção de acesso a um recurso para a revelação de capacidade social (*brio*); a capacidade de, pela lavoura, imprimir forma ao território envolvente.

Quando comentam com pessimismo as transformações em curso, os habitantes mais velhos de Aldeia de Cima referem amiúde que hoje ‘isto já não é nada’. Tal como foi também indicado no caso de Castelo de Vide, esta expressão relaciona a negação do acesso à terra como contexto para produção de relações locais com o ‘desaparecimento’ simultaneamente de uma extensão territorial – o campo a deixar de ‘existir’. Tal aponta para o entendimento da paisagem, na sua materialidade característica, como forma espacial de capacidade e, como tal, expressão de valor social e identidade.

REFERÊNCIAS

- [1] Belletti, G., Brunori, G., Marescotti, A. & Rossi, A. (2003): Multifunctionality and rural development: a multilevel approach, In: van Huylenbroeck & Durand (Ed.), *Multifunctional Agriculture. A New Paradigm for European Agriculture and Rural Development*, Ashgate, Hampshire, pp.55-80.
- [2] Carolino, J. (2006): *Land as a manifestation of care. An anthropological approach to relations with the land in Southern Alentejo*. Tese de Doutoramento em Antropologia Social. Brunel University, School of Social Sciences and Law, Londres
- [3] Corsín-Jiménez, A. (2003): On space as a capacity, *JRAI*, (N.S.) 9, 137-153
- [4] Durand, G. & Van Huylenbroeck, G. (2003): Multifunctionality and rural development: a general framework, In: Durand & Van Huylenbroeck (Ed.), *Multifunctional Agriculture. A New Paradigm for European Agriculture and Rural Development*, Ashgate, Hampshire, 1-16
- [5] Gregory, C (1982): *Gifts and Commodities*, Academic Press, London
- [6] Hirsch, E. (1995): Introduction. Landscape: Between Place and Space, In: Hirsch & O'Hanlon (Ed), *The Anthropology of Landscape. Perspectives on Place and Space*, Clarendon Press, New York, 1-30
- [7] Ingold, T. (2000): *The Perception of the Environment. Essays in livelihood, dwelling and skill*, Routledge, Londres
- [8] Mauss, M. (1991 [1950]): *The Gift*, Routledge, London
- [9] OECD (2000): *Multifunctionality. Towards an Analytical Framework*, COM/AGR/APM/TD/WP (2000)3/Final, Paris
- [10] Pinto-Correia, T., Ramos, I. (2000): As identidades locais em Espaço Rural: as tradicionais e as novas funções da paisagem rural. *Identidades Locais e Globalização*, Montemor-o-Novo, 2000
- [11] Strathern, M. (1988): *The Gender of the Gift. Problems with Women and Problems with Society in Melanesia*, University of California Press, Berkeley
- [12] Strathern, M. (2005): Land – Tangible or Intangible Property? *Oxford Amnesty Lectures – Land Rights*, Amnestia Internacional, Londres
- [13] Warnier, J-P (1994): Six objets en quête d'authenticité, In: Warnier (Ed): *Le Paradoxe de la Marchandise Authentique. Imaginaire et consommation de masse*, L'Harmattan, Paris, 11-31

¹ Refiro-me à tensão que o conceito encerra e que o distingue entre a dimensão objectiva da paisagem enquanto natureza secularizada e abordada como pura materialidade, e a dimensão subjectiva fundada na percepção de que uma paisagem é sempre resultado de um olhar (Duby, 1991).

² Pensar o poder enquanto 'capacidade' vai ao encontro de uma das facetas que, de acordo com Giddens, a noção de poder assume: 'Ser capaz de 'actuar de outro modo' significa ser capaz de intervir no mundo, ou abster-se de tal intervenção, com o efeito de influenciar um processo ou estado específico de coisas. Isso pressupõe que ser um agente é ser capaz de exhibir (cronicamente, no fluxo da vida quotidiana) uma

gama de poderes causais, incluindo o de influenciar os manifestados por outros. (...) Um agente deixa de o ser se perde a capacidade para 'criar uma diferença', isto é, para exercer alguma espécie de poder.' (Giddens, 2003: 17)

³ A investigação realizada em Mértola constituiu tese de doutoramento em Antropologia Social na Universidade de Brunel (Carolino, 2006). O estudo de Castelo de Vide articula-se com o projecto MURAL (ICAM/Universidade de Évora - Vide comunicação apresentada ao congresso: Pinto-Correia e tal, 'Que multifuncionalidade na paisagem rural? Sinergias e conflitos entre a agricultura e funções não produtivas. Aplicação ao concelho de Castelo de Vide') Na qualidade de bolsista de doutoramento/pós-doutoramento, a autora beneficiou de apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia para realização de ambos os estudos.

⁴ Quatro unidades de paisagem definidas no âmbito do projecto MURAL (ICAM/Universidade de Évora):

a) *Xisto*. Unidade localizada na zona norte do concelho, de carácter mais periférico, caracterizada por solos mais pobres e onde são dominantes os povoamentos de eucaliptos, áreas de carvalho negral, sobreiro e muitos matos. A propriedade fundiária é ali de grande dimensão, sendo a zona de muito baixa densidade populacional.

b) *Agro-silvo-pastoril*. Trata-se da unidade de maiores dimensões, onde predominam os afloramentos rochosos, as áreas com pastagens pobres, arvoredo mais ou menos disperso (carvalho negral, sobreiro e azinheira), matos e culturas anuais.

c) *Mosaico envolvente da vila*. Zona de mosaico diversificado, localizada à volta da sede de concelho, sobretudo a norte da vila. Caracteriza-se por solos de melhor qualidade, sendo significativa a presença de olival e hortas, havendo no entanto um decréscimo da área de hortas.

d) *Serra*. Unidade correspondente à zona da serra, marcada pela altitude e revestida com povoamentos florestais (essencialmente pinheiro bravo, algumas áreas de sobreiro e castanheiro).

Vide comunicação apresentada ao congresso: Pinto-Correia e tal, 'Que multifuncionalidade na paisagem rural? Sinergias e conflitos entre a agricultura e funções não produtivas. Aplicação ao concelho de Castelo de Vide'.